

INFORMATIVO DE GREVE!

nº 4 - maio de 2024



CATEGORIA REJEITA PROPOSTA INDECENTE DO GOVERNO EM ASSEMBLEIA GERAL, TAES DA UFRGS, UFCSPA E IFRS REJEITAM PROPOSTA DO GOVERNO E DECIDEM PELA CONTINUIDADE DA GREVE

Na última Assembleia Geral de Greve realizada na terça-feira (23), os Técnico-administrativos em Educação (TAEs) da UFRGS, UFCSPA e IFRS, deliberaram pela continuidade da greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada em resposta à proposta apresentada pelo governo do presidente Lula, que foi categorizada pelos participantes como “indecente”, “risível” e “insuficiente”.

As deliberações da assembleia, encaminhadas ao Comando Nacional de Greve, consistiram nos seguinte pontos:

- ✓ Continuidade da greve por tempo indeterminado, com radicalização do movimento;
- ✓ Rejeição da proposta governamental e reafirmação da proposta de reestruturação de carreira, com a apresentação de uma contraproposta de índice de recomposição salarial de 34%, dividido em três anos (10,34% a cada ano), conforme orientação do relatório da CNSC e reforçando as pautas da greve da Fasubra, incluindo as 30 horas e a destituição dos reitores interventores;
- ✓ Aprovação da realização de uma caravana em meados de maio;
- ✓ Defesa das pautas específicas da categoria de intérpretes de Libras.

Diante dessas decisões, os TAEs reiteram seu compromisso com a valorização da educação e afirmam que manterão a greve até que suas demandas sejam atendidas pelo governo federal, incluindo a reposição salarial e o aperfeiçoamento da carreira.



GREVE CONTINUA POR VALORIZAÇÃO DOS TAES! VEJA COMO FOI A PRIMEIRA PROPOSTA DO GOVERNO E UMA ANÁLISE DA FASUBRA E DA ASSUFRGS SINDICATO.



Se você é servidora ou servidor técnico-administrativo em Educação, não tem dívida de empréstimo consignado e consegue chegar no fim do mês com saldo positivo no banco, parabéns. Talvez você seja uma minoria dos mais de 200 mil TAES do Brasil. Isso é resultado de sermos ao mesmo tempo a maior carreira do executivo federal e a que tem pior remuneração.

A greve da FASUBRA/Assufrgs fez o governo apresentar uma primeira proposta para nossa campanha salarial. Vamos resumir aqui qual é a proposta da nossa greve e a primeira contraproposta do governo em dois itens que mais mexem no bolso da categoria: **correlação salarial e os níveis de classificação e reposição das perdas inflacionárias**. Veja porque são pontos importantes e porque consideramos nacionalmente e localmente uma proposta insuficiente.

Correlação salarial e níveis de classificação

O nível E ou nível superior de nossa carreira teve ganhos importantes no último período para corrigir uma distorção em relação ao mercado e por isso precisam ser referência para "puxar pra cima" os demais níveis. Para efetivar isso, a nossa atuação por meio da CNSC em reuniões com equipe técnica do governo chegou a uma proposta de equiparação salarial entre os níveis A/B e C/D, reduzindo a distância em relação ao nível E.

Desta forma, os níveis A e B deixariam de ter apenas 31,7% e 38,4% em relação ao E, para terem 40% da remuneração do E. E os níveis C e D deixariam de ter 46,5% e 58,5% e passariam a ter 60% da remuneração do E.

QUAL A RESPOSTA DO GOVERNO?

O governo fez uma tabela para mostrar que ficaria nossa nova situação salarial com sua proposta de correlação, que não atende a nossa reivindicação. As tabelas já contém o reajuste salarial para 2025 (9%) e 2026 (3,5%), de maneira que pode ser visualizado qual a repercussão salarial total de todos os níveis. Com exceção do nível E que é a referência, todos os níveis teriam aumento superior aos reajustes de 9% e 3,5% em 2025 e 2026. **Veja as propostas de tabela do governo:**

Tabela nova para 2025

NC	Padrão	Vencimento Atual	Após reajuste			Incentivo à Qualificação (IQ) - Simulação						
			Vencimento	Δ%	Δ R\$	Fundam. 10%	Médio 15%	Técnico 20%	Grad. 25%	Espec. 30%	Mestr. 52%	Dout. 75%
A	Inicial	1.446,12	1.738,46	20,2%	292,34	1.912,31	1.999,23	2.086,16	2.173,08	2.260,00	2.642,47	3.042,31
(35% do Nível E)	Final	2.879,28	3.461,35	20,2%	582,07	3.807,49	3.980,56	4.153,62	4.326,69	4.499,76	5.261,26	6.057,37
B	Inicial	1.750,99	1.986,82	13,5%	235,83	2.185,50	2.284,84	2.384,18	2.483,52	2.582,86	3.019,96	3.476,93
(40% do Nível E)	Final	3.486,29	3.955,83	13,5%	469,54	4.351,41	4.549,21	4.747,00	4.944,79	5.142,58	6.012,86	6.922,70
C	Inicial	2.120,13	2.483,52	17,1%	363,39	2.731,87	2.856,05	2.980,23	3.104,40	3.228,58	3.774,95	4.346,16
(50% do Nível E)	Final	4.221,26	4.944,79	17,1%	723,53	5.439,27	5.688,51	5.933,75	6.180,99	6.428,23	7.516,08	8.653,38
D	Inicial	2.667,19	2.980,23	11,7%	313,04	3.278,25	3.427,26	3.576,27	3.725,28	3.874,29	4.529,94	5.215,39
(60% do Nível E)	Final	5.310,48	5.933,75	11,7%	623,27	6.527,12	6.823,81	7.120,50	7.417,18	7.713,87	9.019,30	10.384,06
E	Inicial	4.556,92	4.967,04	9,0%	410,12	5.463,75	5.712,10	5.960,45	6.208,80	6.457,16	7.549,91	8.692,32
(100% - Referência)	Final	9.073,01	9.889,58	9,0%	816,57	-	-	-	-	12.856,45	15.032,16	17.306,76

Tabela nova para 2026

NC	Padrão	Vencimento Atual	Após reajuste			Incentivo à Qualificação (IQ) - Simulação						
			Vencimento	Δ%	Δ R\$	Fundam. 10%	Médio 15%	Técnico 20%	Grad. 25%	Espec. 30%	Mestr. 52%	Dout. 75%
A	Inicial	1.446,12	1.799,31	24,4%	353,19	1.979,24	2.069,21	2.159,17	2.249,14	2.339,10	2.734,95	3.148,79
(35% do Nível E)	Final	2.879,28	3.582,50	24,4%	703,22	3.940,75	4.119,87	4.299,00	4.478,12	4.657,25	5.445,40	6.269,37
B	Inicial	1.750,99	2.056,36	17,4%	305,37	2.261,99	2.364,81	2.467,63	2.570,44	2.673,26	3.125,66	3.598,62
(40% do Nível E)	Final	3.486,29	4.094,29	17,4%	608,00	4.503,71	4.708,43	4.913,14	5.117,86	5.322,57	6.223,31	7.165,00
C	Inicial	2.120,13	2.570,44	21,2%	450,31	2.827,49	2.956,01	3.084,53	3.213,06	3.341,58	3.907,08	4.498,28
(50% do Nível E)	Final	4.221,26	5.117,86	21,2%	896,60	5.629,64	5.885,54	6.141,43	6.397,32	6.653,21	7.779,14	8.956,25
D	Inicial	2.667,19	3.084,53	15,6%	417,34	3.392,99	3.547,21	3.701,44	3.855,67	4.009,89	4.688,49	5.397,93
(60% do Nível E)	Final	5.310,48	6.141,43	15,6%	830,95	6.755,57	7.082,64	7.389,71	7.676,78	7.983,86	9.334,97	10.747,50
E	Inicial	4.556,92	5.140,89	12,8%	583,97	5.654,98	5.912,02	6.169,07	6.426,11	6.683,16	7.814,15	8.996,56
(100% - Referência)	Final	9.073,01	10.235,71	12,8%	1.162,70	-	-	-	-	13.306,43	15.558,28	17.912,50

POR QUE A PROPOSTA É INSUFICIENTE?

A categoria entende que a proposta não foi contemplada na sua integralidade e os argumentos apresentados pelo governo não são aceitáveis considerando a análise e posicionamento da assessoria jurídica da FASUBRA quanto à aglutinação dos níveis. Além disso, entendemos que a proposta do Governo só atende a correlação dos níveis B e D, 40% e 60%, respectivamente.

Em relação a recomposição salarial, a proposta apresentada pelo governo não supre sequer a metade de todas as perdas inflacionárias acumuladas no período de 2015-2023.

Vale ressaltar que, em estudo feito pelo DIEESE (divulgado anteriormente na mesa nacional de

negociação permanente pelo FONASEFE - em anexo), o reajuste necessário para a recomposição das perdas inflacionárias, divididos em 3 anos, ficaria da seguinte forma:

reajuste em 2024 – 10,34%,
reajuste em 2025 – 10,34%,
reajuste em 2026 – 10,34%,
totalizando: 34,32%.

A proposta apresentada pelo governo sequer recompõe perdas inflacionárias e está longe de nos tirar da pior carreira do serviço público federal. Há espaço para avançar mais. Esse avanço dependerá de nossa organização, coesão e força demonstrada por novas atividades de mobilização nas bases e em Brasília.



INFORMES!

INTÉRPRETES DE LIBRAS COBRAM DO MEC E MGI VALORIZAÇÃO DA CARREIRA NAS IFES

Em documento endereçado ao Ministério da Educação e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, os Técnico-Administrativos em Educação – Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Libras/Português das IFES solicitaram atenção às demandas específicas da carreira no âmbito do serviço público.

Entre os pontos destacados pela categoria estão respeito às leis que definem 30 horas semanais de trabalho aos intérpretes, exigência de formação superior para ocupar o cargo e a equiparação salarial das funções. Atualmente no PCCTAE existem dois cargos, um nível D e outro nível E, que na prática exercem a mesma função.

Documento também é endereçado ao Conif, Andifes, CNSC e Comando Nacional de Greve da FASUBRA e do Sinasefe. Na Assembleia Geral de Greve da ASSUFRGS, realizada no dia 24 de abril, foi aprovada que as pautas dos TILS fossem divulgadas pelo sindicato. Já na reunião do Comando Local de Greve desta quinta-feira (25), foi aprovada a impressão de cartazes sobre a pauta dos intérpretes e que os delegados da ASSUFRGS no Comando Nacional de Greve, defendam no CNG as pautas dos colegas.

REITORIA DA UFRGS E PRAE TENTAM PRESSIONAR GREVISTAS

Órgãos da UFRGS estão tentando caracterizar as atividades dos (as) servidores (as) técnico-administrativos (as) Tradutores (as) e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais como essenciais. Ao reafirmar que não aceitaremos qualquer tipo de constrangimento e pressão a colegas em virtude do exercício do direito à greve, salientamos que a Comissão de Ética está à disposição para tratar do assunto e já solicitou algumas vezes reunião com a PRAE, para esclarecer as questões relativas à essencialidade.

8 CAMPI DO IFRS ESTÃO COM CALENDÁRIO SUSPENSO DEVIDO À GREVE

Com a greve deflagrada entre Técnico-Administrativos em Educação e docentes do IFRS, oito dos dezessete campi da instituição já aprovaram a paralisação do calendário de aulas. Os campi afetados pela suspensão do calendário são: Campus Viamão (desde o dia 24/4), Campus Restinga (a partir de 29/4), Campus Alvorada (a partir de 29/4), Campus Canoas (a partir de 29/4), Erechim, Ibirubá, Rio Grande, e Vacaria.

Em Porto Alegre e Rolante, as aulas foram parcialmente suspensas devido à adesão de ambos segmentos.

SEXTA-FEIRA, 03 DE MAIO, É DIA 100% GREVE NA UFRGS! VIGÍLIA EM FRENTE AO CONSUN, ÀS 08H, PARA PRESSIONAR QUE O ASSENTO ELEITORAL RESPEITE A PARIDADE!

Em 24 de novembro de 2024 a comunidade da UFRGS fez história! Aprovamos no Conselho Universitário a paridade na consulta para a escolha da reitoria da UFRGS. Com base naquela decisão, Resolução 291/23, a próxima consulta à comunidade para a reitoria, prevista para o segundo semestre de 2024, o voto dos estudantes e dos servidores Técnico-Administrativos em Educação terá o mesmo peso que o voto dos docentes. Colocando fim ao famigerado 70/15/15. Essa consulta terá um caráter informal, cabendo ainda ao Conselho Universitário escolher a lista tríplice.

Para que esta conquista seja assegurada, é importante que a comissão do assento eleitoral coloque em prática a resolução então aprovada no ano passado! Por isso, a sexta-feira, 03 de maio, é tão importante para a UFRGS! É o dia em que o CONSUN enfim, irá acatar ou não a

resolução que aprovou a paridade no peso dos votos para a próxima eleição para reitoria.

Convocamos toda a comunidade da UFRGS comprometida com a democracia em nossa universidade para comparecer à vigília na sexta (03/05)!
PARIDADE SIM!



Café da manhã em defesa da paridade, realizado no dia 25/04, em frente à Faculdade de Direito da UFRGS.

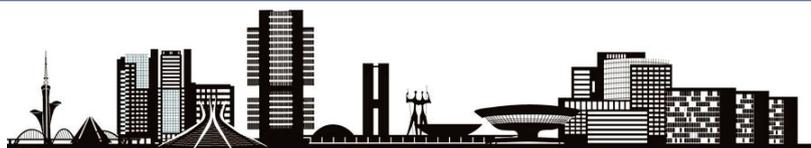
INFORMES DE BRASÍLIA

Reajuste dos auxílios alimentação, saúde e creche será pago a partir de junho!

Greve segue por reposição
salarial que atinja também os
aposentados!

Seguindo em greve nacional, a Fasubra Sindical assinou no dia 25/04 o Termo de Compromisso nº 01/24, que reajusta benefícios (saúde, alimentação e creche) de servidores públicos federais. O secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, informou, na cerimônia de assinatura, que a vigência do reajuste será o mês de maio, com pagamento retroativo em junho de 2024.

No momento da assinatura do acordo, a diretora da federação, Ivanilda Reis, ressaltou o posicionamento crítico da categoria quanto à exclusão dos aposentados e pensionistas nesse acordo e a continuidade da reivindicação da equiparação de benefícios.



O documento aponta os seguintes aumentos:

- Auxílio-alimentação passa de R\$ 658 para R\$ 1.000
- Auxílio-creche passa de R\$ 321 para R\$ 484,90
- Auxílio-saúde passa de R\$ 144 para R\$ 215

Fasubra, Sinasefe e Andes solicitam reunião interministerial com MEC, Planejamento e Fazenda

Os Comandos Nacionais de Greve da FASUBRA, do ANDES-SN e do SINASEFE solicitaram via carta uma reunião interministerial com o MEC e os ministério da Fazenda e do Planejamento e Orçamento.

Segundo o documento endereçado aos ministros Simone Tebet, Fernando Haddad e Camilo Santana, o objetivo da reunião "é discutir questões pertinentes ao orçamento destinado à educação pública". Encontro foi proposto para às 10h do dia 30 de abril.

